

# Eurides pede novo ensino universitário



*Eurides Brito defende a participação da comunidade na reforma universitária*

“Liberdade e recursos”, são os principais pontos levantados pela candidata do PFL à Câmara Federal, professora Eurides Brito, ao defender a participação de toda a comunidade na elaboração de uma proposta de reforma do ensino universitário. Segundo Eurides, o ministro Marco Maciel, quando à frente do Ministério da Educação, poderia ter executado uma nova reforma universitária com base nos documentos elaborados pela Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior. Entretanto, “coerente com as idéias que defende e com as propostas de democratização contidas no documento, decidiu abrir um debate nacional”.

A professora Eurides considera impatriótica a omissão diante deste trabalho participativo, uma vez que o problema é de todos aqueles que pagam seus impostos e, desta forma, sustentam o ensino de nível superior. “Como poderíamos ver o ensino universitário mais democrático, já que tantos pagam e tão poucos podem frequentá-lo?”, questiona Eurides, para quem a universidade poderia estar ensinando melhor, pesquisando coisas relevantes para a sociedade e prestando melhores serviços à comunidade.

A educação superior — conforme também apurou a comissão — não forma profissionais de acordo com o mercado de trabalho. A experiência da professora Eurides Brito, que além de dar aulas na UnB é presidente do Conselho Mundial de Educação Comparada e ex-secretária de Educação e Cultura do DF, a credenciam a afirmar que a universidade brasileira sofre variadas imposições, não pode decidir sobre relevantes aspectos financeiros, administrativos e didático-científicos. Além disso, ela não é governada democraticamente, sacrifica os estudantes mais pobres (quando lá chegam) e carece de recursos em geral.

Como solução, a professora aponta a autonomia universitária, onde a liberdade de decisões sobre recursos financeiros e assuntos administrativos, didáticos e científicos, aliadas a outras medidas, poderia democratizar as suas estruturas. Isto porém, não seria suficiente se não houver também uma reformulação do Conselho Federal de Educação, que passaria a ser composto por representantes de entidades de classe, associações científicas e instituições superiores, assumindo um papel mais relevante que o atual.

Eurides Brito considera, entretanto, que tudo isso não seria o bastante. No seu entender torna-se necessário democratizar o acesso a este nível de ensino dando-se maior atenção ao ensino de 1º e 2º graus. Além disso, deve-se promover a expansão de bolsas de estudo, implantação dos cursos noturnos nas faculdades e universidades públicas, além de um substancial aumento do número de vagas.

“Numa primeira percepção, o documento, sem dúvida fruto de trabalho sério, parece-nos exigir exatamente o que faltou à execução da reforma universitária de 1968: liberdade e recursos”, diz Eurides que em contrapartida vê a necessidade de nos livrarmos da camisa de força representada pela crescente burocratização do setor e o constante declínio dos recursos destinados ao ensino de nível superior.